

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.515 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 2002



Tuma apresentou substitutivo ao projeto sobre precatórios aprovado pela Câmara

## Precatório alimentício pode ser pago com rapidez

Senado vota projeto que facilitará pagamento dos chamados precatórios alimentícios pelos estados e Distrito Federal.

PÁGINA 2



Plenário do Senado pode votar na sessão de hoje, em segundo turno, seis propostas oriundas da Comissão Mista de Segurança Pública



Genivaldo Magela

Presidente do Senado pede recursos para os órgãos de segurança, pois "bandido não pode estar mais armado que o poder público"

## Tebet: segurança exige mobilização nacional

PÁGINA 3

## Senado vota projetos para reforçar combate ao crime

Propostas apresentadas pela Comissão Mista de Segurança Pública atacam, entre outros delitos, a clonagem de cartões e o roubo de cargas

Seis projetos incluídos na pauta de hoje do Plenário, para votação em segundo turno, buscam reforçar o combate a diferentes formas de criminalidade. Apresentadas pela Comissão Mista de Segurança Pública, as propostas alteram os Códigos Penal, Civil, de Processo Penal e de Processo Civil, e tramitam de forma especial, com votação em dois turnos no Senado, porque não passaram por comissões permanentes.

Entre as mudanças previstas, estão maior proteção a vítimas e testemunhas, que

poderão, por exemplo, escolher domicílio de terceiro como endereço para receber intimação. Também está sendo proposta a inclusão do financiamento do terrorismo entre as atividades criminosas graves. Outro crime que pode ser punido com dois a oito anos de cadeia é a adulteração (clonagem) de cartões magnéticos, linhas telefônicas e sinal de transmissão a cabo. Além disso, o roubo de cargas passará a ser tipificado no Código Penal, e arma de brinquedo será considerada arma verdadeira, para efeitos penais.

PÁGINA 3

Audiência pública analisa implantação da TV digital no país

PÁGINA 4

Especialistas discutem clonagem humana com fins terapêuticos

PÁGINA 7

Crédito para equilibrar contas externas está em exame na CAE

PÁGINA 5

# Senadores examinam solução para pagamento de precatório alimentício

Projeto autoriza estados e Distrito Federal a utilizar, na quitação das dívidas, até 50% dos depósitos judiciais feitos por pessoas ou empresas que contestam cobrança de impostos

O Plenário do Senado pode votar hoje projeto que contribuirá para que os estados e o Distrito Federal paguem precatórios alimentícios, débitos judiciais relativos a processos que envolvem pagamentos de salários, pensões, benefícios previdenciários e indenização por morte ou invalidez.

O projeto permite a quitação das dívidas com até 50% dos depósitos judiciais feitos nos bancos por pessoas ou empresas que contestam cobrança de impostos. A falta de dinheiro tem impedido

que os estados e o Distrito Federal honrem com rapidez os precatórios alimentícios, como manda a Constituição. O governo federal já está autorizado a usar o dinheiro dos depósitos judiciais no pagamento de precatórios alimentícios desde novembro de 1998.

No mês passado, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, alertou que, se o Congresso não encontrar solução para o problema de atraso de pagamento dos precatórios, terá de colocar em

juízo cerca de 2 mil processos que pedem intervenção federal nos estados que deixaram de cumprir determinações da Justiça. Só o estado de São Paulo deve cerca de R\$ 2,5 bilhões em precatórios alimentares.

O projeto que os senadores examinarão é substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP), aprovado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que altera proposta aprovada pela Câmara, de autoria do

deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP). Conforme o substitutivo, os estados só poderão usar metade dos depósitos judiciais ligados a ações tributárias. O projeto original permitia usar todo o dinheiro depositado.

Também hoje, os senadores deverão votar projeto da Câmara que garante proteção contra maus-tratos e abusos a animais de rodeios. Entre outras medidas, os responsáveis pelos rodeios deverão ter veterinário para verificar a situação dos animais.

## Diretor da Polícia Federal fala hoje sobre caso Lunus

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência reúne-se hoje, a partir das 15h, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, para ouvir o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Itanor Neves Carneiro, sobre o caso Lunus.

O diretor deverá prestar esclarecimentos sobre a investigação realizada na empresa Lunus, que pertence a Jorge Murad, marido da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney. O episódio provocou a desistência da pré-candidata pelo PFL à Presidência da República de disputar o cargo.

Os parlamentares também esperam ouvir explicações sobre a contratação de empresas para atividades de inteligência no Ministério da Saúde. O terceiro assunto diz respeito ao acordo realizado pela Polícia Federal com a agência dos Estados Unidos para combate ao narcotráfico, a Drug Enforcement Administration.

## Conselho de Ética analisa relatório de Moreira

Os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar devem votar no final da tarde de hoje relatório do senador Moreira Mendes (PFL-RO) sobre denúncias de irregularidades envolvendo os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Wellington Roberto (PTB-PB). A solicitação para abertura de processo de investigação foi feita pelo líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), baseado em matéria jornalística, publicada em maio pela revista *Época*, na qual Suassuna e Wellington são citados em provável esquema de cobrança de propina.

A reportagem, intitulada "Os homens da mala", noticiava a prisão do empresário José Elísio Ferreira Júnior, que seria ligado aos dois senadores, e do assessor Giovanni Riccardi, de Wellington Roberto, efetuada pela Polícia Federal no aeroporto de Brasília. Eles portavam uma mala com R\$ 99,7 mil, que,



Moreira Mendes: não há evidências contra Ney Suassuna e Wellington Roberto

de acordo com a revista, seriam a segunda parcela do pagamento de propina cobrada das empreiteiras Fuad Rassi, de Goiânia, e Sercel, de Belo Horizonte, para que o Ministério da Integração Nacional, de que Suassuna era ministro à época, liberasse R\$ 3 milhões para obras na cidade goiana de Catalão.

### DEFESA

Suassuna discursou em Plenário para defender-se das acusações. Ele afirmou que José Elísio

nunca foi seu funcionário e que os recursos liberados para as obras em Catalão já estavam previstos e pertenciam à rubrica "restos a pagar" do ministério, o que implica o pagamento obrigatório dos valores.

Na opinião do relator, as denúncias não são sustentadas por evidências ou provas concretas sobre a possível participação dos dois senadores. Moreira Mendes cita depoimento do juiz federal responsável pela prisão preventiva de Elísio e Riccardi, que diz "não haver vinculação do eventual tráfico de influência com partido político ou parlamentar específico". A recomendação do senador é que o caso seja arquivado.

Preside o Conselho de Ética o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

9h30 — Solenidade de colocação de insígnia da Ordem do Mérito Naval. *Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília*

10h30 — Participa da abertura do Seminário sobre Clonagem Humana. *Audatório Patrônio Portella*

11h15 — Recebe o senador Fiorello Provera, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República Italiana

12h — Recebe o senador Eduardo Suplicy, acompanhado de Paulo Sérgio Pinheiro, secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça

14h30 — Recebe Elaine Klamann Porto, subsecretária de Urbanismo e Preservação do Distrito Federal

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 116/01, dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 55/01, altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal); PLS nº 107/02, altera a Parte Geral e os artigos 157, parágrafo 2º, I, 158, 329 e 334 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal) e altera o artigo 85 da Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os julgados especiais cíveis e criminais; PLS nº 117/02, altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; oia o Coaf; PLS nº 72/02, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 — Código de Processo Penal, relativos ao tribunal do júri; entre outros.

### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

14h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

14h30 — Comissão Especial do Rio São Francisco. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

15h — Reunião da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência. Plenário nº 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

Após a ordem do dia — Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

18h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Parecer de Renan Calheiros acolheu 31 das 109 emendas apresentadas

## Comissão analisa benefícios para anistiados

A comissão mista instalada para analisar a Medida Provisória (MP) nº 2.151-3, que regulamenta dispositivo sobre a anistia aos que foram atingidos por atos de exceção, em decorrência de motivação exclusivamente política, no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, reúne-se hoje para discutir e votar o parecer do relator da matéria, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

O senador elaborou projeto de lei de conversão sobre a medida, no qual acatou 31 das 109 emendas apresentadas e introduziu várias modificações de sua autoria, visando aperfeiçoar a MP baixada pelo Executivo no dia 26 de agosto de 2001.

Entre as emendas acatadas pelo relator, destaca-se a do deputado Waldir Pires (PT-BA), que garante ao anistiado, além da reparação econômica, também a readmissão e a promoção na inatividade, que deverão ocorrer às custas do Tesouro Nacional. Outras duas emendas acatadas são de autoria do deputado Fernando Coruja (PDT-SC): uma estende os benefícios da anistia aos servidores públicos e trabalhadores civis de setores considerados estratégicos e que foram demitidos por adesão a movimentos grevistas, e a outra propicia ao anistiado político ou seu dependente o direito de solicitar, a qualquer tempo, a revisão do valor da correspondente prestação mensal de reparação, permanente e continuada.

O projeto de lei de conversão de Renan Calheiros prevê, entre os direitos do anistiado, a conclusão de curso, em escola pública, ou, na falta desta, com prioridade para bolsa de estudo, a partir do período letivo interrompido, na condição de estudante, ou ainda o registro do diploma para os que concluíram curso em instituições de ensino no exterior.

# Plenário vota projeto que aumenta punição para traficantes de droga

Senadores devem examinar, em segundo turno, seis projetos para combater a violência no país, entre eles o que tipifica financiamento ao terrorismo e o que reprime a clonagem de cartões

O Plenário do Senado deve votar hoje, em último turno, seis projetos apresentados pela Comissão Mista de Segurança Pública, que examinou por 60 dias propostas destinadas a reduzir a criminalidade no país. Os projetos aumentam penas para crimes ligados ao tráfico de drogas, permitem ao juiz tomar depoimentos a distância por meio eletrônico, tipificam crimes de financiamento do tráfico de órgãos humanos e financiamento ao terrorismo e incluem a clonagem de cartões de crédito entre os crimes que podem dar cadeia de dois a oito anos. Outra novidade: arma de brinquedo será considerada como verdadeira para efeitos penais. Possuir, portar ou negociar arma de fogo sem registro ou sem porte de arma passará a ser punido com pena de um a dois anos de detenção, além de multa.

Os projetos alteram os Códigos Penal e Civil e de Processo Penal e Civil. Eles foram discutidos nos últimos meses, logo após o seqüestro e assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel. As propostas tramitam de forma especial, com votação em dois turnos no Senado, por terem sido aprovadas por uma comissão mista temporária, e não por comissões permanentes do Congresso.

### INTIMIDAÇÃO

Algumas das mudanças buscam proteger vítimas e testemunhas, como, por exemplo, a escolha de um domicílio de terceiros como endereço para receber intimação. No caso do crime de estupro, o juiz terá de perguntar à vítima se ela quer a presença do acusado durante o depoimento. Os senadores e deputados da Comissão de Segurança Pública entenderam que a presença do acusado cons-



Comissão Mista de Segurança Pública apreciou, por 60 dias, matérias que agora vão a votação em segundo turno pelo Plenário do Senado

trange a vítima e as testemunhas a ponto de levá-las a um depoimento incompleto.

A lei que trata dos crimes de lavagem e ocultação de bens e valores foi alterada para incluir o financiamento do terrorismo e o tráfico de órgãos entre as atividades

criminosas graves, as quais poderão levar os acusados a cumprir penas de três a dez anos de cadeia, além de multa. Também estarão sujeitas a pena de dois a oito anos pessoas flagradas adulterando cartões magnéticos, linha telefônica e sinal de transmissão a cabo.

## Emilia pede voto de pesar pela morte do jornalista Tim Lopes

Ao justificar o requerimento que apresentou de voto de pesar pela morte do jornalista Tim Lopes, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) afirmou que as autoridades não podem permitir que o assassinato do repórter fique impune. Para ela, é preciso "exigir a captura e a punição de todos os responsáveis", além da restituição do corpo do jornalista a sua família.

Emilia desejou que a morte de Tim Lopes seja "o impulso necessário à adoção de uma política séria de combate ao tráfico de drogas". Ela afirmou que o repórter da Rede Globo de Televisão foi executado no exercício de sua profissão, quando tentava gravar flagrantes de tráfico de drogas e prostituição de adolescentes na favela Cruzeiro, no conglomerado de favelas cariocas conhecido como Complexo do Alemão.

Emilia fez breve resumo da carreira do jornalista, cuja morte, aos 51 anos, foi anunciada pela polícia do Rio de Janeiro. Gaúcho de Pelotas, mudou-se para o Rio de Janeiro aos oito anos. Batizado como Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento, foi no Complexo do Alemão que Tim



Emilia Fernandes cobra "a adoção de uma política séria de combate ao tráfico de drogas"

Lopes realizou a matéria que lhe rendeu o Prêmio Esso de Jornalismo, em 2001, ao flagrar o que ficou conhecido como "Feira do Pó", onde três quilos de cocaína eram vendidos, por dia, a céu aberto.

Tim Lopes celebrou-se também pelas reportagens em que, disfarçado, retratava a realidade cotidiana. Como mendigo, mostrou a vida dos meninos de rua. Vestiu-se de operário para denunciar as péssimas condições de trabalho de canteiros de obras. E permaneceu internado, por dois meses, em clínicas de tratamento de ex-viciados em drogas.

## Tebet defende mobilização contra o crime organizado

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem que o assassinato do jornalista Tim Lopes foi uma barbaridade que exige reação. Para o senador, é muito duro saber que Tim Lopes foi assassinado pelo crime organizado, que, na sua opinião, está vencendo a sociedade. A situação exige uma reação que só pode ser concretizada por meio de mobilização conjunta da sociedade e dos poderes públicos, ressaltou.

Tebet defendeu uma parceria entre os poderes federais e estaduais para injetar dinheiro na segurança pública: "Tem que liberar o dinheiro que existir, o bandido não pode estar mais armado que o poder público. Não é de agora que o crime organizado está mais bem armado que a polícia, é preciso recursos para a instituição policial enfrentar a situação".

— Foi uma morte brutal, calaram a voz de um jornalista que estava justamente investigando o crime organizado, o tráfico de drogas. Toda vez que acontece algo dessa natureza, vira um mar-

co no combate à criminalidade. Mas temos que ver também quantas pessoas humildes têm sucumbido por causa do crime organizado, cuja ação atinge crianças, escolas e famílias.

De acordo com Ramez Tebet, o Congresso Nacional tem trabalhado dentro de sua competência — o aperfeiçoamento das leis e o endurecimento das penas. A partir disso, trata-se de operacionalização, de enfrentamento direto contra o crime organizado, acrescentou, salientando que, se as leis forem postas em prática e os bandidos presos, o país já terá avançado na luta contra o crime.

### CPMF

Ramez Tebet acredita que o Senado aprovará amanhã a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele observou que os senadores mostraram unanimidade ao aprovar a PEC em primeiro turno na semana passada e que a prorrogação deverá ser aprovada em segundo turno sem alterações em relação à primeira votação.

# Audiência pública debate adoção da TV digital

Substituição do sistema analógico deve movimentar US\$ 100 bilhões nos próximos dez anos, segundo estimativas da Anatel. Senadores querem avaliar diferenças entre os dois padrões e dificuldades para definição do novo modelo

A substituição da TV analógica pela TV digital no país será debatida hoje, após a ordem do dia, em audiência pública da Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática. A discussão sobre as diferenças técnicas entre os dois sistemas

foi solicitada pelos senadores Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) e Gerson Camata (PMDB-ES).

O sistema de TV em uso no Brasil é analógico, baseado na transmissão de sons e imagens por meio de ondas eletromagnéticas. Ao contrário da TV digital, que emprega a linguagem dos computadores (binária) para a transmissão de dados, a TV analógica é vulnerável a interferências externas.

Quatro representantes de entidades governamentais e civis ligadas ao setor irão participar da audiência pública: o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Luiz Guilherme Schymura de Oliveira; o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Marco



Antonio Carlos Júnior e Gerson Camata pediram a realização de audiência sobre a TV digital

Aurélio de Almeida Rodrigues; o presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), Olímpio José Franco; e o presidente da União Nacional de Emissoras e Redes de Televisão (UNETV), Antônio Telles.

Na semana passada, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) recomendou em Plenário que, diante da complexidade da matéria e das dificuldades enfrentadas pela Anatel para definir o modelo de televisão digital a ser adotado pelo país, essa decisão fosse deixada para o próximo governo. Segundo estimativas da Anatel, a implantação da TV digital com seus desdobramentos deve movimentar US\$ 100 bilhões nos próximos dez anos.

## Forças Armadas podem ter canal a cabo

A Comissão de Educação (CE) voltará a analisar hoje, a partir das 11h30, projeto de lei que garante às Forças Armadas um canal próprio de televisão a cabo. Na última semana, o presidente da comissão, Ricardo Santos (PSDB-ES), concedeu vista coletiva da proposta apresentada pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA), que teve parecer favorável, na forma de substitutivo, da relatora da matéria, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Em seu substitutivo, Marluce estabelece que o canal ficará sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, ao qual caberá a divulgação das atividades dos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O projeto original, do senador Luiz Otávio, previa que o canal seria reservado ao Comando do Exército.

Luiz Otávio acolheu a modificação, mas disse aos integrantes da comissão, durante reunião na última terça-feira, que estava sofrendo "ameaças muito grandes" da Agência Nacio-

nal de Telecomunicações (Anatel), que estaria contra a aprovação da proposta.

A CE também voltará a examinar projeto de lei da Câmara – para o qual foi igualmente concedida vista coletiva – que atribui aos estados e municípios a responsabilidade pelo fornecimento de transporte escolar para os alunos que residem na zona rural. O senador Moreira Mendes (PFL-RO), relator da matéria, elaborou substitutivo que incorpora emendas apresentadas pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marina Silva (PT-AC).

DESASTRES

Estará em pauta ainda projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que destina aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos as im-



Marluce Pinto apresentou substitutivo a projeto que cria TV para o Exército

portâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizado pelo governo. O projeto tem parecer favorável da relatora, senadora Emilia Fernandes (PT-RS).

A comissão analisará, na mes-

ma reunião, projeto de lei da Câmara – com parecer favorável do relator, senador Geraldo Cândido (PT-RJ) – que prevê a inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, do tema História e Cultura Afro-Brasileira. Também estarão em pauta um projeto de lei da Câmara que denomina "Ministro Alfredo Nasser" trecho da rodovia BR-153 e 23 projetos de decreto legislativo que se destinam a autorizar o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

## Escolha do padrão está em estudo desde 1999

O governo poderá deixar para o ano que vem a decisão sobre qual tecnologia será utilizada na TV digital brasileira. Existem três padrões no mundo: o norte-americano (ATSC), o europeu (DVB) e o japonês (ISDB). Um deles será usado no país. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) está encarregada, desde 1999, de realizar os testes que vão indicar a tecnologia a ser adotada no Brasil.

Os três padrões são recentes e apresentam características distintas. O europeu privilegia a interatividade entre os telespectadores e a multiplicidade de canais e serviços, como acesso à Internet e televisão por assinatura. É o mais difundido de todos, sendo utilizado nos países da União Européia, Austrália, Cingapura, Nova Zelândia e Índia.

O padrão norte-americano foi o primeiro a ser desenvolvido (1996) e privilegia a qualidade de imagem e som. O conceito de "cinema em casa" foi adotado para fornecer aparelhos de alta definição. No momento, somente Estados Unidos, Canadá, Coreia do Sul, Argentina e Taiwan operam com essa tecnologia.

O padrão japonês é o mais recente dos três e ainda está em testes, devendo entrar em operação comercial somente em 2003. É baseado no sistema de transmissão europeu, mas apresenta avanços, como maior qualidade na recepção.

O Brasil é o país da América Latina que possui o maior número de televisores instalados (cerca de 54 milhões) e também o maior mercado para aparelhos de televisão da região – com um consumo anual de 5 milhões de televisores. Esses números devem-se em grande parte ao fato de o serviço de televisão aberta ser prestado gratuitamente e também à queda de preço dos televisores analógicos ocorrida nos últimos anos.

## Emilia elogia rejeição de projeto sobre táxis

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) elogiou a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de rejeitar o projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que altera o Código de Trânsito Brasileiro no que se refere à



Na opinião de Emilia Fernandes, projeto prejudicaria taxistas

exploração e condução de veículos de aluguel. Ela destacou que, se fosse aprovada, a alteração interferiria drasticamente na vida dos taxistas brasileiros e suas famílias.

Um dos prejuízos que o projeto traria, segundo a senadora pelo Rio Grande do Sul, seria impedir que o taxista permissionário (proprietário do veículo) pudesse contar com auxiliar autônomo. A legislação atual possibilita que um mesmo veículo circule ou esteja à disposição dos usuários durante as 24 horas do

dia. Para tanto, o permissionário é autorizado a ceder seu táxi por 16 horas, em dois turnos, para dois outros motoristas devidamente regularizados como condutores autônomos auxiliares.

No Brasil, segundo dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), os serviços de táxi são realizados por aproximadamente 300 mil condutores autônomos, gerando, diretamente, 900 mil postos de trabalho, uma vez que quase todos os permissionários têm auxiliares.

– Imaginem o caos social que seria criado com a extinção desses postos de trabalho. Num país vice-campeão mundial de desemprego, não podemos compactuar com medidas que tirem o sustento dos trabalhadores,

que os impeçam de gerar novos empregos e que prejudiquem sua saúde e qualidade de vida, uma vez que a proposta previa a impossibilidade de redução da jornada diária desses profissionais – afirmou Emilia Fernandes.

O impedimento da transferência da permissão pelo proprietário do veículo, previsto no projeto, também foi criticado pela senadora. Ela opinou que, se a medida fosse aprovada, iria contra o direito adquirido dos taxistas, já que transferências são realizadas há décadas, inclusive com alvarás judiciais, nos casos de inventário.

Emilia Fernandes também discordou de outra alteração proposta, pela qual as viúvas e herdeiros de permissionários perderiam o direito de manter a autorização após a morte do titular. "Como destituir os familiares do direito ao alvará se ele foi adquirido por meio de pagamento?", indagou a senadora.

## Quintanilha: Irã representa oportunidade para Tocantins

Os negócios bilaterais entre Brasil e Irã beneficiarão o Tocantins, apontou o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), já que representarão a oportunidade de o estado, por intermédio de investimentos externos, aumentar a produção e desen-



"Dependemos cada vez mais do capital externo e de parcerias", diz Quintanilha

volver sua economia, gerando emprego e renda. A expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Irã para 2002 é de 6%, o que resultará em aumento da base de consumo da população iraniana e, conseqüentemente, da sua demanda por produtos, observou o senador.

Quintanilha informou que, em visita ao Tocantins, o embaixador do Irã no Brasil, Mansour Moazami, disse que os setores da construção civil, imobiliário e de hotelaria interessam aos empresários daquele país, que pretendem criar *joint-ventures* com empresas locais. O embaixador também reforçou o interesse do Irã em comprar carne bovina, frango, produtos eletrônicos e tecnologias do Brasil, itens que já são importados por aquele país, acres-

centou o senador.

Além de investimentos na construção civil, Quintanilha disse que o embaixador iraniano acredita na realização de parcerias na industrialização de alimentos. No ano passado, os negócios entre Brasil e Irã atingiram a cifra de US\$ 1 bilhão, tendo as exportações brasileiras somado cerca de US\$ 650 milhões, informou. Para Mansour Moazami, há potencial de ampliação dos negócios para cerca de US\$ 2 bilhões.

Na opinião do parlamentar, a globalização exige que o Brasil amplie sua pauta de exportações, para reduzir o déficit da balança comercial e fazer o país voltar a crescer em índices compatíveis com o seu potencial econômico. Na sua visão, cabe ao governo brasileiro criar o ambiente favorável para concretizar essas expectativas.

— Não existe outra maneira de buscar o desenvolvimento econômico e social de um país senão com sua inserção no mercado mundial. Dependemos cada vez mais do capital externo e da intensificação de parcerias — ponderou.



Evento que detalha funcionamento do mercado de capitais vai até sexta-feira

## Mostra no Senado sobre a Bovespa começa hoje

Será aberta hoje, às 14h, no saguão de acesso às alas Senador Teotônio Vilela e Senador Tancredo Neves, do Senado Federal, a mostra *Bovespa, a Bolsa do Brasil*. Um estande montado pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) contará com painéis e um telão, no qual parlamentares e visitantes poderão acompanhar, em tempo real, o pregão realizado na capital paulista.

O objetivo da mostra é fornecer informações detalhadas aos par-

lamentares e ao público em geral sobre o funcionamento e a importância do mercado de capitais. A Bovespa também pretende justificar a importância de não ser cobrada a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) nas operações da bolsa de valores. Representantes da instituição estarão de plantão durante toda a exposição, que será encerrada na sexta-feira, fornecendo explicações detalhadas sobre as operações que realiza.

# Pedidos de crédito externo serão examinados pela CAE

Está na pauta solicitação de financiamento para equilibrar balanço de pagamentos, além de operações em favor do Ministério da Educação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará hoje pedido para a contratação de um crédito de US\$ 500 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado a reduzir os desequilíbrios registrados pelo país no seu balanço de pagamentos (o conjunto das contas externas).

A comissão deverá decidir também se autoriza a realização de duas operações de crédito externo, com aval da União, que beneficiarão o setor educacional. A primeira consiste numa modalidade de *buyer's credit* (financiamento destinado à compra de produtos a serem adquiridos junto a fornecedores do país da instituição credora) no valor de 2,097 bilhões de ienes japoneses (com a cotação do dólar a 124,39 ienes).

Os recursos serão contratados pelo Ministério da Educação junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e serão aplicados no financiamento de 85% do valor dos equipamentos fornecidos pela Marubeni Corporation, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Ins-



Projeto de Luiz Otávio, que estende Refis para pessoas físicas, também deve ser analisado

tuições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

A segunda operação de crédito, no valor de 3,35 milhões de euros, deverá ser contratada também pelo Ministério da Educação junto ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S/A (BBVA). Os recursos, também na modalidade *buyer's credit*, destinam-se ao mesmo programa (um euro está cotado a US\$ 0,94).

A CAE deverá deliberar ainda sobre os termos do acordo de reestruturação de uma dívida de US\$ 10,47 milhões de dólares, contraída junto ao governo brasileiro pela República Islâmica da



Mauritânia. O acordo, firmado pelo Brasil no âmbito do Clube de Paris, envolve o perdão parcial da dívida da Mauritânia para com diversos credores, entre eles o Brasil.

Entre outras matérias constantes da pauta da comissão está o projeto de lei, de autoria do senador Luiz Otávio (PPB-PA), que estende os benefícios do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) para as pessoas físicas. Caso o projeto seja aprovado, ele permitirá que os contribuintes com débitos de Imposto de Renda e de contribuições previdenciárias possam, a exemplo do que acontece com as pessoas jurídicas, escalonar o pagamento de suas dívidas em até 60 meses.

## Requião propõe fórum de integração fronteiriça

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul analisa hoje requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) para que a representação brasileira do colegiado reúna-se em Foz do Iguaçu (PR) com o objetivo de realizar um Fórum de Debates sobre a Integração Fronteiriça.

Também deverão ser examinados dois requerimentos apresentados pelo deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE) para a realização de audiências públicas em conjunto com a Comissão de Relações

Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara. Estariam em debate o projeto de lei norte-americano que cria a Agência de Promoção de Comércio dos Estados Unidos e as conseqüências da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Estará ainda em pauta projeto de decreto legislativo de Roberto Saturnino (PT-RJ) que estabelece a convocação de plebiscito sobre o ingresso do Brasil na Alca. A comissão deverá também discutir duas mensagens presidenciais que



No requerimento, Requião sugere que representação brasileira se reúna em Foz do Iguaçu

submetem ao Congresso Nacional acordos feitos com a Argentina e o Paraguai sobre os temas, respectivamente, de cooperação espacial e combate à evasão fiscal.

## Indicação de embaixadores é analisada na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje, às 17h30, para analisar mensagem presidencial indicando o nome do diplomata Mário da Graça Roiter para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Kuwait. O relator é o senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

Presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), a CRE analisa, na mesma reunião, a indicação do diplomata Sérgio Barbosa Serra para a embaixada brasileira na Nova Zelândia. O parecer é do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS). As votações de ambas as designações serão secretas.

# Nova taxa pode ajudar aviação na Amazônia

Proposta que cria adicional de 1% sobre o preço das passagens aéreas domésticas será debatida amanhã pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em audiência pública que contará com a participação de dirigentes de empresas da região

Projeto de lei de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que institui uma taxa adicional destinada a suplementar as tarifas de linhas aéreas regionais na Amazônia Legal será debatido amanhã, em audiência pública, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a partir das 10h. De acordo com a proposta, a taxa será de 1% sobre as passagens aéreas domésticas e caberá ao Departamento de Aviação Civil (DAC) fiscalizar a arrecadação e aplicação dos recursos.

Segundo Mozarildo, a suplementação tarifária é fundamental para a sobrevivência das empresas regionais de aviação que operam na Amazônia, especialmente depois da alta do dólar, que elevou em muitos os custos de operação. Ele



Mozarildo Cavalcanti quer garantir sobrevivência de companhias regionais

também argumenta que, a partir de 2000, graças a uma portaria ministerial, Varig e TAM deixaram de recolher o adicional tarifário, o que, na sua opinião, ameaça a existência das empresas regionais.

— As empresas aéreas regionais executam papel de inte-

gração econômico-social, atendendo mais de trinta cidades, transportando somente em 2000 cerca de 390 mil passageiros. Esses aviões acabam transportando doentes do interior para as capitais em busca de uma chance de sobrevivência — justifica Mozarildo Cavalcanti.

O senador também destacou a função social das empresas, que, segundo ele, geram mais de 1,4 mil empregos diretos e indiretos. Além disso, as frotas dessas empresas, disse, têm 85% de aeronaves de fabricação nacional.

Deverão participar da audiência, a convite do presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senador Alberto Silva, o diretor-presidente da Penta Transportes Aéreos, César Pena Fernandes; o dire-

tor-presidente da Rico Linhas Aéreas, Átila Yurtsever; o diretor-presidente da Tavaj Linhas Aéreas, José Idalberto da Cunha; o sócio-gerente da Meta Linhas Aéreas, Francisco Assun-

ção Mesquita; a presidente do Sindicato Nacional dos Aero-nautas, Graziela Baggio; e o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, George Ermakoff.

## Empresas aéreas têm custos elevados

Um estudo feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no ano passado mostrou que a maioria dos insumos utilizados pelas empresas aéreas brasileiras sofre taxas que encarecem os custos do transporte aéreo. De cada R\$ 100 desembolsados na aquisição de uma passagem aérea, R\$ 35 destinam-se ao pagamento de impostos. Somente sobre o combustível incide uma alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de 25%. As empresas também pagam seguro mais caro que as concorrentes estrangeiras e ainda são obrigadas a operar com um volume alto de estoque de peças importadas. O motivo está na demora da liberação dos componentes na alfândega. O estoque pode chegar a 15% do valor da frota de aviões, enquanto nos Estados Unidos é de apenas 0,5%. A variação cambial também afeta as empresas aéreas, podendo atingir de 25% a 40% dos custos das companhias. Apesar das dimensões continentais, o Brasil representa apenas 1,5% do tráfego aéreo mundial.

## Infra-Estrutura analisa projeto que restringe horário de verão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura analisa hoje, a partir das 14h30, diversos projetos, entre eles o do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão em Goiás, no Tocantins e no Distrito Federal. O relator da matéria, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), recomenda a aprovação da matéria em caráter terminativo, mas o líder do PSDB, senador Geraldo Melo (RN), apresentou voto por escrito contrário ao projeto, com o apoio do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

Para Maguito, a economia de energia nesses estados é pequena durante a vigência do horário de verão, o que, na sua opinião, não compensa o sacrifício da população. Ele destacou que, nesse período, o desempenho dos alunos nas escolas cai e aumenta o número de acidentes de trânsito e de registros de violência.

A CI analisa ainda relatório de Eduardo Siqueira Campos, favorável ao projeto de lei da Câmara que disciplina a instituição do horário de verão no país, estabelecendo datas e regiões específicas para sua implantação. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou voto em separado.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura discute amanhã o relatório do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) contrário ao projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que suspende as licitações de novas áreas para a exploração de petróleo no país, até que o Congresso aprove o planejamento estratégico de energia proposto pelo Conselho Nacional de Política Energética.

Saturnino alerta que os contratos de concessão firmados após licitação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), válidos por 30 anos, levam em consideração um preço do barril do petróleo (US\$ 13) muito abaixo da cotação atual (US\$ 25). Na análise do senador, isso faz com que as empresas ganhadoras das licitações possam ter lucros extraordinários, sem benefício para a sociedade. Os contratos, analisa Saturnino, também não garantem o abastecimento do país.

— A pressa nas licitações, infelizmente, tem origem nas pressões internacionais e as licitações não são feitas em termos de necessidade do país. É preciso que essa política estratégica seja discutida com a sociedade, com o Congresso, e elaborada pelo Conselho Nacional de Política Energética, que ainda



Maguito Vilela argumenta em defesa de seu projeto que medida não compensa o sacrifício da população

não elaborou plano algum — argumenta o senador.

### AUDIÊNCIAS

A comissão deve votar ainda requerimentos solicitando a audiência de autoridades. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) pede que o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, esclareça as medidas que estão sendo tomadas para melhorar os aeroportos nacionais. Já Roberto Saturnino deseja que o ministro de Minas e Energia, Francisco Gomide, seja convidado para falar sobre utilização da energia termelétrica.

O senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) solicita a presença do ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, e do ex-diretor do Departamento Nacional de Trânsito Jorge Guilherme Franciscione, para prestarem esclarecimentos à comissão sobre as regras para instalação dos chamados pardais.



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* — 0800-61-2211 — e autorizando a publicação.

José Abreu, São Paulo (SP)

Proponho a apresentação de um projeto de lei que permita a emissão de recibo do voto. Quero poder provar que votei em meu candidato e cobrar dele as propostas feitas na época de campanha.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) responde: “É impossível a apresentação desse projeto porque o voto é secreto. De outra forma, nós não teríamos uma democracia, teríamos um sistema onde o eleitor poderia ser pressionado a votar em determinado candidato. Mas houve um projeto meu, já aprovado, que possibilita a auditoria da eleição. Funciona assim: um computador para votação é colocado ao lado de uma impressora, que imprime o voto e o deposita em uma urna lacrada. Isso permite que, no caso de alguma dúvida, confirmamos materialmente os votos. Mas o projeto só entrará em vigor nas eleições de 2006. Só algumas urnas do Brasil terão as impressoras nas próximas eleições em outubro”.

Gilson Gonçalves Lacerda, Betim (MG)

Preciso de informações sobre o projeto de lei que estipula o horário de descanso para os motoristas profissionais.

Resposta do senador Osmar Dias (PDT-PR): “O projeto tem a intenção de regulamentar o tempo de direção máximo permitido para motoristas de caminhão e de ônibus intermunicipais. Ele propõe que os motoristas possam dirigir até quatro horas sem interromper a jornada, permitindo a prorrogação por mais uma hora o tempo de direção. É que, após quatro horas, o motorista poderá se encontrar em um local de parada inseguro. Com essa prorrogação, ele poderá se dirigir até um ponto onde teria segurança de parada. O projeto reduz também de doze para dez horas o tempo diário de descanso, o que considero suficiente para que o motorista de ônibus ou caminhão reponha suas energias”.

# Começa debate sobre clonagem de ser humano

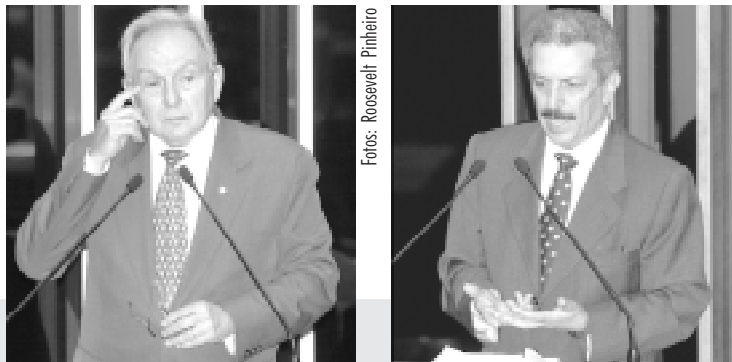
Parlamentares e especialistas participam de seminário que se realiza hoje e amanhã no Senado visando ajudar a instruir a votação de projeto de Sebastião Rocha que proíbe essa prática no país

A clonagem de seres humanos para fins reprodutivos ou terapêuticos será tema de seminário realizado hoje e amanhã, a partir das 9h, pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). Parlamentares e especialistas nas áreas de Direito, Ética, Ciência e Religião vão participar da discussão do assunto e, assim, ajudar a instruir a votação de projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que proíbe a clonagem humana no Brasil.

A sessão de abertura contará com exposições do presidente do

Senado, Ramez Tebet, e dos presidentes da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP). Em seguida, serão iniciadas as discussões do turno da manhã, cujos temas são "Aspectos Técnicos e Conceituais sobre Clonagem Reprodutiva e Terapêutica" e "A Posição Oficial do Ministério da Ciência e da Tecnologia sobre a Clonagem Humana". À tarde, os debates prosseguem com os itens "Direito e Clonagem Humana" e "Ciência e Clonagem Humana".

Entre os temas de amanhã, destacam-se "As Religiões e a Clo-



Bernardo Cabral e Romeu Tuma, presidentes da CCJ e da CAS, fazem exposições hoje, na abertura do seminário

namagem Humana" e "A Clonagem de Seres Humanos – Ética e Direitos Reprodutivos". Também serão

realizadas sessões de depoimentos sobre a relação da clonagem terapêutica com doenças degene-

rativas, como a esclerose lateral amiotrófica, o mal de Parkinson e a distrofia muscular.

Vários países ainda não adotaram posição definitiva sobre a clonagem humana. Apenas Japão, Portugal, Alemanha e Dinamarca proíbem a prática, seja para a criação de novos indivíduos, seja para a reprodução de células, tecidos e órgãos usados no tratamento de certas doenças. Em 1998, foi assinado por 24 países europeus um protocolo proibindo qualquer intervenção destinada a gerar seres humanos geneticamente idênticos a outros.

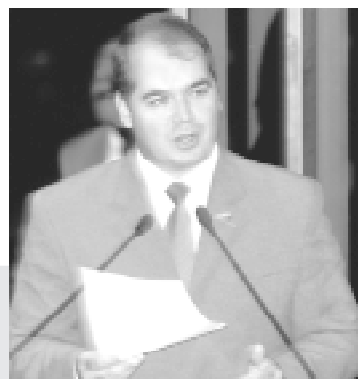
## Tião Viana: Congresso tem o dever de encontrar caminho

Às vésperas do Seminário sobre Clonagem Humana, o senador Tião Viana (PT-AC), que participará do evento no Auditório Petrônio Portella, solicitou amplo debate sobre o tema. Na sua opinião, o Congresso tem o dever de legislar e de encontrar um caminho para amparar a sociedade na regulamentação de um assunto que ele considera inscrito entre as mais importantes polêmicas éticas e políticas da atualidade.

— Não se tem dado a devida atenção à matéria, inclusive no Parlamento, onde nem o tema da reprodução assistida tem tido consequência legislativa.

Para o senador, a clonagem terapêutica (utilização de células embrionárias na criação de órgãos para transplantes) e a clonagem reprodutiva, abordada pela novela *O Clone*, por exemplo, são as alternativas colocadas no debate sobre a clonagem humana. A seu ver, é "precipitada a opinião expressamente favorável à clonagem para fins terapêuticos" encontrada na imprensa de modo geral, mesmo sendo ela respaldada por poderosas organizações científicas e médicas. Para estas, a clonagem terapêutica pode beneficiar vítimas de acidentes que padecem de tetraplegias e lesões medulares e trazer a cura de doenças como diabetes, mal de Alzheimer e cânceres.

Mas, segundo Tião Viana, em nome desses benefícios, não é questionado, por exemplo, se a biologia molecular teria resultados equivalentes e se os países ricos



Tião Viana: clonagem é uma das mais importantes polêmicas éticas e políticas da atualidade

deveriam investir num fundo internacional de ciência e tecnologia e não em armamentos e guerras.

Mesmo considerando incipiente o debate nacional sobre a clonagem, Tião Viana disse que há no Congresso o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre reprodução assistida, que proíbe explicitamente a clonagem humana e traz avanços significativos, em sua opinião. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, Tião Viana informou ter apresentado substitutivo em que, preocupado com as experiências com células-tronco, incluiu artigo permitindo o estudo em embriões derivados de técnicas de reprodução assistida que, "após rigoroso procedimento ético, não obtiveram êxito em sua fixação no útero".

Essa, entende o senador, seria uma forma de garantir o prosseguimento das experiências, sem, contudo, infringir princípios éticos e fundamentais que têm norteado a vida no planeta até o presente.

## Programação do seminário

HOJE

- 9h — Abertura
- 9h15 — Discussão dos "Aspectos Técnicos e Conceituais sobre Clonagem Reprodutiva e Terapêutica"
- 11h — Conferência sobre "A Posição Oficial do Ministério da Ciência e da Tecnologia sobre Clonagem Humana"
- 14h — Exposição sobre "Direito e Clonagem Humana"
- 16h — Mesa-redonda sobre "Ciência e Clonagem Humana"

AMANHÃ

- 9h — Depoimento — "Em Defesa da Clonagem Terapêutica relacionada às Doenças Degenerativas — Esclerose Lateral Amiotrófica"
- 9h15 — Depoimento — "Clonagem Terapêutica e o Mal de Parkinson"
- 9h30 — Mesa-redonda — "As Religiões e a Clonagem Humana"
- 14h — Depoimento — "Clonagem de Seres Humanos — Ética e Direitos Reprodutivos"
- 14h15 — Depoimento — "A Clonagem e a Distrofia Muscular"
- 14h30 — Mesa-redonda — "A Visão Ética"
- 18h — Encerramento

## Rocha espera aprovação de projeto ainda este ano

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) quer aprovar ainda este ano o seu projeto de lei que proíbe a clonagem de seres humanos no Brasil. Ele espera que o seminário sobre "Clonagem Humana", que começa hoje no Senado, garanta uma análise de todos os aspectos em torno da questão.

Rocha explicou que a clonagem de seres humanos envolve fatores de altíssimo risco, como número exagerado de abortos, risco de defeitos físicos e desequilíbrio biológico, como envelhecimento precoce, além de aspectos éticos e religiosos. Para o senador, só a clonagem terapêutica é aceitável, com a interrupção do desenvolvimento no limite de oito células.

A clonagem terapêutica forma



Sebastião Rocha afirma que só a clonagem terapêutica é aceitável, pois forma apenas tecido

apenas um tecido, e não um ser humano, e pode resultar em tecidos ósseo, muscular, nervoso e somático, para objetivos de implante.

## Dolly, o marco de experiência arriscada

A clonagem é a duplicação de células ou de embriões a partir de um ser já adulto. As cópias possuem todas as características físicas e biológicas da matriz genética. A primeira experiência em laboratório bem-sucedida feita com um ser vivo adulto foi realizada em 1996 pelo cientista escocês Ian Wilmut, que criou a ovelha Dolly. Ela foi produzida artificialmente a partir de uma única célula da mama de uma ovelha adulta. Os cientistas retiraram a célula da ovelha doadora, com toda sua informação genética, e fundiram-na com um óvulo não fertilizado de outra ovelha. O embrião resultante foi inseminado artificialmente numa terceira, que gerou Dolly.

O resultado é uma cópia idêntica de outro ser da sua espécie. O código genético das duas não tem nenhuma diferença: o tamanho das orelhas, as marcas nas patas, os dentes, a cor dos olhos, tudo é rigorosamente igual. Essa experiência abriu a possibilidade de se clonarem seres humanos. O assunto gera controvérsias em todo o mundo e os países já estão se mobilizando para aprovar leis proibindo ou regulamentando a clonagem. Apesar do sucesso de Dolly, a experiência é arriscada. A ovelha só nasceu depois de 277 tentativas. Hoje, há dezenas de animais clonados, mas quase todos têm saúde frágil.

# Reginaldo Duarte defende fortalecimento do Dnocs

Segundo disse, o órgão deve ter representante no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, responsável pelas decisões sobre a política nacional de águas. O senador também criticou projetos de transposição de rios da Região Nordeste



Álvaro: medicamento de venda livre deve ser comercializado em qualquer estabelecimento

## Álvaro Dias quer facilitar venda de medicamentos

Projeto que permite a comercialização, em qualquer estabelecimento, dos medicamentos de venda livre foi apresentado pelo senador Álvaro Dias (PDT-PR). A proposta, que aguarda a apresentação de emendas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), terá decisão terminativa no colegiado. Ou seja, caberá à CAS a última palavra do Senado sobre a proposição, a não ser que haja requerimento para votação em Plenário.

A proposta altera a lei que trata do controle sanitário e do comércio de medicamentos para determinar que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) elaborará relação de medicamentos de venda livre — por definição, aqueles que podem ser comprados sem receita médica ou odontológica.

Todos os medicamentos contidos na lista poderiam ser vendidos em quaisquer estabelecimentos comerciais, o que, segundo o senador, “já é uma prática corrente em vários países”. Na justificativa da proposta, Álvaro Dias sustenta que a medida “constitui uma grande conveniência para a população em geral, em especial a das pequenas cidades, que contam com número reduzido de farmácias e drogarias”.

De acordo com o senador, resolução da Secretaria de Saúde do Paraná já permite a venda de alguns desses medicamentos em estabelecimentos não especializados. O projeto, informou, atende a solicitação de uma pequena cidade de seu estado.

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) reivindicou ontem da tribuna o fortalecimento dos órgãos de desenvolvimento regional, especialmente o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Ele propôs que o órgão tenha representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, colegiado encarregado de tomar decisões sobre a política nacional de águas.

Conforme Reginaldo Duarte, o Dnocs é o grande detentor de informações sobre o sistema hídrico do Nordeste e, por isso, deve colaborar na administração do sistema de outorgas de águas sob controle federal. Mais de 300 reservatórios, com capacidade superior a 18 bilhões de metros cúbicos de água, são administrados pelo Dnocs, informou.



Para Duarte, Dnocs pode colaborar na administração das outorgas de águas

Duarte também disse não concordar com programas de transposição de águas de rios que banham o Nordeste, como o São Francisco, sem que o Dnocs apresente sugestões. O senador lamentou que a crescente internacionalização da agenda nacional deixe em segundo plano a questão regional e políticas de redução das desigualdades entre os estados.

Citando artigos da Constituição que obrigam o governo federal a executar programas de redução das disparidades regionais, Duarte observou que o preceito não vem sendo respeitado nos gastos com infra-estrutura, saúde, educação, ciência e tecnologia.

O senador registrou que até mesmo o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), que retoma o planejamento regional no país, dá prioridade aos “corredores de exportação”, que privilegiam áreas e setores com potencial de produção para o mercado externo.



Chico Sartori ressalta que pecuária é responsável por 47% da renda rural

## Sartori propõe Dia Nacional do Pecuárta

Projeto de lei apresentado pelo senador Chico Sartori (PSDB-RO) propõe que 15 de julho seja instituído como o Dia Nacional do Pecuárta. O parlamentar citou estudo realizado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea-USP), mostrando que a pecuária é responsável por 47% da renda rural.

O projeto tramita na Comissão de Educação (CE) e terá decisão terminativa, ou seja, cabe ao colegiado a última palavra do Senado sobre o assunto, a não ser que haja requerimento para que seja apreciado pelo Plenário.

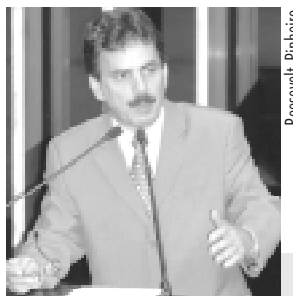
Na justificativa do projeto, o senador argumenta que, entre os cinco produtos de maior valor bruto de produção, três são de origem animal: carne bovina, leite e frango. O primeiro colocado da lista, a bovinocultura de corte, registra faturamento bruto de aproximadamente R\$ 17 bilhões. Sartori salienta que a carne bovina constitui a principal fonte de proteína animal para a população brasileira, com um consumo médio de aproximadamente 33 quilos por habitante ao ano.

Em julho, destaca o senador, diversas exposições e rodeios são realizados no país, oportunidade para lembrar a importância da pecuária e do pecuarista, que desbravou os sertões nos primórdios da colonização.

## Ademir: governo investe pouco em saneamento

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que o poder público tem a obrigação de investir em saneamento básico e corrigir as distorções apontadas na área pelo censo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Sudeste, região mais rica do país, apenas 53% dos domicílios têm água e esgotos tratados. No Nordeste, o índice é de 14,7% e no Norte não passa dos 2,4%.

Para Ademir, “o Brasil não pode curvar-se” às exigências do



Investir em saneamento é obrigação do poder público, afirma Ademir

Fundo Monetário Internacional (FMI) e privatizar o saneamento básico. O senador assinalou que há uma tendência mundial de privatização do setor, já que a água é um bem escasso e, por isso, tem a cotação cada vez maior no mercado internacional.

— Na Itália, há uma recomendação de que todos os municípios devem privatizar o saneamento básico. Na Suíça, foi até criado um fundo de investimentos para o setor. Mas esses são países onde

não há mais problemas de saneamento ou água tratada. No Brasil, ao contrário, chegamos ao absurdo de ter dez municípios sem qualquer tipo de saneamento básico.

Das dez cidades sem saneamento, segundo o IBGE, cinco são no Maranhão; duas no Pará; uma em Rondônia; uma em Santa Catarina; e uma no Rio Grande do Sul, o que, segundo o senador, comprova o abandono dos estados do Norte e Nordeste. Ademir denunciou também que o governo destina apenas 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para saneamento básico. É necessário, no entanto, disse, investir 0,4% do PIB, ou seja, R\$ 1,6 bilhão a mais.

## Alcântara elogia livro sobre história da seca no Nordeste

O livro *Velhas Secas em Novos Sertões*, do economista Gustavo Maia Gomes e editado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi elogiado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A obra, disse, resume a história das secas, a economia tradicional do semi-árido e as novas atividades econômicas que ali surgem, “sem a aridez que se poderia esperar de um texto de economia”.

Conforme o senador, o livro se

estende pela história, pelo panorama social e humano e pelo campo das políticas públicas, interessando a nordestinos e brasileiros em geral, por trazer nova compreensão sobre a dinâmica da economia do sertão nordestino.

Na opinião de Alcântara, se tiver a divulgação que merece, o livro poderá contribuir para a discussão dos problemas e soluções relacionados à pobreza do Nordeste, à seca e ao futuro econômico e social da região.



Segundo Alcântara, obra registra 85 anos de seca aguda entre os anos de 1500 e 2000

— O livro contabiliza 85 anos de seca aguda, entre 1550 e 2000, em ciclos que levaram o Nordeste a perder peso na economia nacional, relatou o senador.